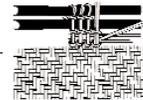


Teoria crítica, educação e delinqüência política ou do cidadão mínimo e da tirania do mercado

José Alcimar de Oliveira*



RESUMO

Neste artigo, o autor discute, à luz da Teoria Crítica, como os espaços da política e da educação têm sido submetidos a um processo de delinqüência na tessitura social brasileira. A política sucumbiu à tirania social das leis impostas pelo mercado. A educação foi reduzida a um ensino tecnicista, superficial e burocrático, abdicou do seu necessário caráter formativo e converteu-se num verniz que a impede de atingir em profundidade os constitutivos essenciais da formação humana. Como contraponto à ideologia pós-moderna da razão instrumental e ao regime da semicultura da indústria cultural, o autor apresenta a necessidade de se recuperar o potencial ético-pedagógico da razão iluminista, especialmente sob o ideário da Teoria Crítica.

Palavras-chave: *Política educacional, formação, cultura, mercado, Estado mínimo.*

ABSTRACT

In this article the author discusses from a critical theory standpoint how political and educational spheres of action have been submitted to a process of delinquency in the Brazilian social structure. Politics has succumbed to the social tyranny of laws dictated by the market. Education, reduced to a so-called technical oriented form of teaching, superficial and bureaucratic, has abdicated its necessary formative responsibility and is nothing more than a varnish which impedes the obtainment to any degree of the essential elements of humanistic education. As a counterpoint to the Post-modern ideology of instrumental reason and to the semiculture regime of the cultural industry, the author shows the necessity of recovering the ethical-pedagogic potential of enlightened reason, especially using the concepts of Critical Theory.

Key Words: *Educational policies, education, culture, market, minimal State.*

vatistas impostas pelo capitalismo em sua fase neoliberal, seja pelas ações e ingerências de agentes externos, seja pela submissão conivente das classes dominantes internas, um dado permanente e definidor da tessitura social brasileira tem sido o da delinqüência política promovida pelo atraso que preside à consciência da maior parte de suas elites. As elites nacionais, pelo grau de atraso e truculência com que controlam as esferas política, econômica e intelectual, nada devem às

elites de outros países de capitalismo periférico e tutelado. Em menos de cinco séculos lograram construir um país com a pior e mais perversa distribuição de renda entre as 100 principais economias capitalistas do globo. Recorrendo a uma expressão de Milton Santos, construíram um país em que a maioria de seu povo constitui-se de “deficientes cívicos” (Santos, 1999: 8), à margem dos mínimos direitos à vida civilizada. Um país em que o Estado nunca esteve a serviço da sociedade e

*Mestre em Educação e professor do Departamento de Filosofia da Universidade do Amazonas.





que, neste final de milênio, vem sucumbindo à tirania social das leis do mercado.

02. O atual e acelerado processo de abastardamento e de delinqüência a que tem sido submetida a vida política brasileira não encontra termo de comparação com nenhum outro período de nossa curta história social. Países há cujo processo civilizatório resultou de um permanente investimento em educação. No Brasil, a esperteza do atraso de nossas elites dirigentes configurou a educação – reduzida a um verniz superficial, sem alma, sem raízes e sem caráter formativo – como o caminho mais curto para manter a maioria do povo na barbárie da ignorância. A curta visão dos tecnocratas e a intelectualidade áulica que lhe dá sustentação ideológica têm se recusado a perceber que o preço social da opção pela ignorância é, sob qualquer parâmetro de mensuração, incomparavelmente mais elevado que qualquer investimento que se faça em educação. Não há ignorância sem desperdício, sem desgaste inútil de energias humanas e naturais. O preço de cada centavo “economizado” ao não se investir na educação, na formação política do povo, tem um custo social que escapa a qualquer forma de cálculo econômico. A mesma racionalidade técnica das elites conservadoras que é capaz de calcular com absoluta precisão o custo financeiro de cada aluno que ocupa um banco escolar no Brasil é igualmente incapaz de avaliar o preço social, político, humano que decorre da produção social da ignorância. Parcelas significativas das elites padecem de incontida logoréia quando se pronunciam acerca da situação do ensino no país. No entanto, a veemência artificiosa dos discursos tem invariavelmente servido mais ao propósito de manipular dados, de jogar com cifras e de ocultar contradições que ao de, efetivamente, responder aos desafios da realidade objetiva. Na prática, o que se conserva há quase cinco séculos é o

mesmo projeto – presidido pelos interesses oligárquicos – de manter o povo sob os grilhões da ignorância e da passividade.

03. O sistema educacional brasileiro e, de resto, o ensino, têm se caracterizado por sua natureza ornamental, tecnicista e burocrática. Sua ornamentalidade se expressa pela cisão entre ensino e formação. O ensino abdicou da formação e está longe de atingir em profundidade os constitutivos antropológicos da formação humana. O seu caráter tecnicista deriva do viés positivista e antifilosófico em que se formou a consciência cultural das elites. A sua natureza burocrática se expressa na substituição dos fins pelos meios, na primazia da operacionalidade formal das normas sobre a finalidade educativa dos conteúdos. Nesse sistema, o ideal da formação humana – do cultivo da razão filosófica e da tradição dialética do pensamento – cedeu lugar ao cultivo de uma erudição alienada e alienante, em que o professor foi reduzido à condição de vendedor de símbolos culturais e os alunos – submetidos ao princípio da inércia – à de consumidores inapetentes. Os currículos escolares, constituídos e estabelecidos pelo padrão cultural das elites de classe média para cima, materializam o perverso descompasso entre o ensino e a vivência cotidiana. Neles as contradições e os dilaceramentos do mundo das crianças filhas dos trabalhadores e dos excluídos do mundo do trabalho não têm direito à cidadania pedagógica. A escola da vida das crianças, a luta desigual pela sobrevivência, a entrada precoce no mercado de trabalho, a exploração da informalidade, a referência familiar dilacerada, são temas ausentes na sala de aula. O que se verifica, de verdade, é uma opção pela incompetência, pelo trabalho duplamente sem fim, sem fim porque destituído de sua necessária dimensão teleológica e sem fim porque sempre interminável e improdutivo. Quanto mais atividade menos pro-

atividade.

04. Professores e alunos se dissolvem numa relação reificada e reificante, arrastados pela *vis inertiae* da rotinização de suas atividades e da burocratização de seus desempenhos. A propósito, afirmava Durmeval Trigueiro que “no Brasil, país que se desconhece a si mesmo, a educação não se baseia na práxis, nem poderia basear-se, dentro do esquema da filosofia da cultura. Se tivéssemos, nas raízes de nossa formação, admitido o real como fonte da práxis (consciência e ação), não teriam surgido as nossas alienações – a econômica, a política, a educacional; a do trabalhador, do produtor e consumidor, a do cidadão, etc.” (Trigueiro, 1991: 67). Refratário aos conteúdos ontológicos constitutivos do real, o sistema educacional brasileiro sobrevive por entre as emergências sempre repostas de um cotidiano irrefletido. A educação – o que é um paradoxo – é educação para a irreflexão. E a irreflexão, ao se converter em forma social da cultura, adquire um caráter intrinsecamente antivital. Os códigos reflexivos são as defesas naturais da cultura. Mas a tecnocracia tem apostado no trabalho de superfície, marcado pela irreflexão, para que o povo, permanentemente, tenha sua consciência absorvida e reificada por uma existência exterior e não menos reificada.

05. Se na incipiente democracia brasileira a percepção social da política que predomina entre as maiorias empobrecidas é marcada pela desconfiança e pela descrença em relação aos políticos e aos partidos, isso não decorre de os empobrecidos, por deliberada opção, se terem tornado apolíticos e descrentes dos discursos políticos. O dado social é outro. Se é fato que a natureza não produz saltos, que o acaso não é lei segura, não é menos fato que os processos sociais não resultam de forças gratuitas. Ainda que resistam à inteligibilidade, os processos que se cons-

tituem no mundo social e no transcurso da história são sempre passíveis de explicação. Voltemos à questão: por que cada vez mais os empobrecidos descrêem da política? Dentre as várias leituras possíveis acerca deste dado social julgo necessário confrontar duas inteligibilidades: a dos intelectuais e a dos empobrecidos. Ao contrário do intelectual (áulico ou ético), cuja leitura de mundo tende, em geral, a desprezar as singularidades do cotidiano sensível e sobrevalorizar fatores de natureza universal e abstrata, o mundo dos empobrecidos, antes de ler, sente, e pela razão sensível percebe o peso do singular imediato.

06. Em *O Nome da Rosa*, escrevia Umberto Eco que a consciência do pobre é regida pela intuição do singular. Para o mundo dos empobrecidos a política não lhe aparece como discurso do dever-ser, mas como ação personalizada de agentes singularmente identificados. Se neste mundo a política é percebida como barganha, jogo menor de interesses, negociata entre a carência e o excesso, tal percepção não lhe vem da política enquanto teoria do ideal, mas do político enquanto ação real. No mundo do empobrecido, o político precede à política, o contingente ao necessário.

07. A dignidade da política, posta por Hannah Arendt, ou sua requalificação, pensada na ou fora da academia, podem permanecer como um *wishful thinking* (um desejo racionalizado) se não tiverem como pressuposto mínimo a superação do descompasso entre o conceito e a promessa nele contida. Para a percepção social dos empobrecidos, a verdade da política depende menos de sua natureza formal (ortodoxia) que de sua materialidade efetiva (ortopraxia). Os discursos, bem ou mal, podem se equivaler, sobretudo quando não submetidos à unidade dialética entre forma e conteúdo, entre a intenção (viciada ou correta) e a materialização (ausente





ou efetiva). A propósito, é mais que oportuna a observação de Brecht: “É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar. Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa. Mesmo os famintos devem admitir que o ministro da Alimentação fala bem” (Brecht, 1987: 197). A degradação da política na consciência e na vida dos empobrecidos não resulta de uma compreensão incorreta de seu dever-ser, antes se configura como um corolário das práticas abastardadas, delinqüentes, autoritárias e viciadas pela arrogância financeira da baixa política promovida por expressivos setores das classes dominantes.

08. O que o velho Platão, no livro VII de *A República*, reprovava quanto ao descrédito que se disseminava contra a filosofia não é menos atual se aplicado à débil cultura política brasileira: “O certo é que o erro atual – prossegui eu – e a desvalorização que por esse motivo recai sobre a filosofia (...) provém de se ocuparem dela os que não estão à altura. Não deviam ser os bastardos a tratar dela, mas os filhos legítimos” (Platão, 1987: 353). A vida, quando submetida ao registro da banalização, permite-se insultar a filosofia. Ao mercado, por sua vez, não interessa formar cidadãos. Quer tão-somente consumidores, e sobre estes impor sua heteronomia política. O consumidor, (de)formado pela semicultura capitalista, tem aversão à política. Produto da semiformação patrocinada pela indústria cultural capitalista, “o semiculto – conforme Adorno – dedica-se à conservação de si mesmo sem si mesmo. Não pode permitir, então, aquilo que, segundo toda teoria burguesa, se constituía a subjetividade: a experiência e o conceito” (Adorno, 1996: 405). Dentre outras, uma forma pela qual a tirania do mercado produz o cidadão mínimo, manifesta-se no modo como o discurso do triunfalismo da economia subtrai à existência sua dimensão política, ética e epistêmica. O mercado tudo reduz ao regime

da financeirização. O estatuto de centralidade do ser político do homem (do animal político aristotélico) transfere-se deste para a esfera do mercado, que então se erige como instância reguladora da existência pessoal e coletiva (dimensão política), como referência valorativa do poder de escolha (dimensão axiológica) e como lugar da verdade (dimensão epistêmica). Ao mercado não interessa o necessário trabalho de formação política sem o qual os partidos políticos se reduzem a legendas a serviço da venalidade eleitoreira do poder financeiro. Na verdade, a contribuição política dos partidos para formação da cidadania tem sido mínima no Brasil. Com poucas exceções, os partidos abdicaram inteiramente de qualquer protagonismo político-emancipatório. São legendas de identidade maleável e sensível aos pactos que possam tornar politicamente viáveis os interesses das elites oligárquicas. Não há eleições livres sem cidadania. Não há cidadania na ignorância. A democracia efetiva pressupõe a existência de cidadãos capazes de pensar e decidir de modo autônomo.

09. A democracia brasileira ainda está comprometida com a menoridade denunciada por Kant há mais de 200 anos, e que se configura na “incapacidade (do homem) de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo” (Kant, 1985: 100). Além disso, e não menos grave, é verificar, conforme observa Francisco de Oliveira, que os pleitos livres têm sido cada vez mais comprometidos “pelo poder econômico financiando legendas políticas, o que torna muito relativas a liberdade e universalidade das eleições” (Oliveira, 1997: 34). Quando a cultura cede lugar à semicultura, abastarda-se a consciência e o discernimento se converte em heteronomia cognitiva, portanto, reificada. O cidadão, convertido em consumidor, não tem autonomia sobre a própria vontade, porque

sua vontade é-lhe arrebatada e convertida na vontade criada pelo consumo. No mundo da semicultura, cuja referência é o presente reificado, não há lugar para o cultivo da memória. A cronologia da semicultura se materializa num círculo, não hermenêutico, mas vicioso, em que as consciências são mantidas pela *vis inertiae* da credulidade cega e do cotidiano irrefletido. Nessa cronologia o tempo se fragmenta em instantes atomizados, sem que a memória possa construir a conexão histórica existente entre eles. A ausência de memória é a marca de um país “mentalmente colonizado – conforme observa Florestan Fernandes –, no qual a memória coletiva dura instantes. Às vezes, chega a durar semanas, meses ou anos: mas a memória é curta, passageira, e as pessoas podem cair rapidamente no esquecimento, enquanto se repetem ocorrências que são desastrosas para o país” (Fernandes, 1989: 27).

10. Embora inegável em seu conteúdo ético e em sua significação filosófico-política, a afirmação de Hegel, em sua *Filosofia da História*, de que “o Oriente sabia – e até hoje sabe – apenas que um é livre; o mundo grego e o romano, que alguns são livres; o mundo germânico sabe que todos são livres” (Hegel, 1995: 93), não há como não reconhecer que essa liberdade ainda não logrou descer do mundo do espírito – onde a pior das contradições pode se resolver na mais elevada grandeza ética – para o mundo da história efetiva, em seus dilaceramentos igualmente efetivos, e onde a barbárie social se converte em forma de vida das maiorias.

11. A base ético-jurídica que sustentava a concepção hegeliana do Estado foi definitivamente abalada pelo preceito fundamentalista do Estado mínimo, exigido pela não menos fundamentalista desregulamentação neoliberal da vida econômica, com suas inevitáveis e

perversas projeções sobre os planos social e político (...). (...) Multiplicam-se os espaços sociais em que não há nenhuma regulamentação – a saúde, a habitação, a criminalidade, os serviços de luz, de água, as taxas bancárias, a sonegação fiscal, as relações de trabalho. “(...) Esse é um retorno a uma situação de selvageria social” (Sader, 1998: 139-140). Em tempos de barbárie toda vigilância é pouca. No reino da confusão, da pressa desinibida com que os ideólogos pós-modernos querem legitimar a inexorabilidade de suas decisões, é imprescindível o discernimento. As armadilhas se multiplicam, sobretudo no campo hermenêutico.

12. Teóricos do Estado mínimo apresentam-se como parceiros de Marx na tarefa de jogar a última pá de cal nos escombros do velho Estado. Ocultam eles, no entanto, a compreensão fundamental de que Marx se contrapunha menos à instituição do Estado do que ao Estado enquanto instância de legitimação jurídico-política da exploração capitalista. Ocultam, enfim, o dado iniludível de que o Estado mínimo – que não é menos burguês que o Estado da burguesia da segunda revolução industrial – aumentou em intensidade e amplitude, como nunca ocorreu na história do capitalismo, a sua tirania social e o seu poder de vida e morte sobre trabalhadores e excluídos, exatamente porque o seu caráter mínimo é o de minimizar em seu interior o poder coletivo dos explorados e excluídos e maximizar a natureza privatista e arbitrária do seu particularismo de classe.

13. O Estado mínimo, privatista, à medida em que se torna livre e solícito no serviço de seu exclusivismo de classe, mais se desobriga de seu caráter público de promover e gerar políticas sociais de alcance universal. Quanto mais universaliza a expropriação, mais particulariza a acumulação. O conluio





entre capital e Estado adquire índole tão simbiótica que se torna difícil distinguir se é o Estado que se dissolve no mercado ou é o mercado que se traveste de Estado, arrogando-se poderes de regulação de toda a vida social.

14. Diante desse novo enigma ideológico (ou antinomia política) produzido pelo capitalismo neoliberal impõe-se o lúcido exercício do discernimento. Tomar sempre a dúvida como ponto de partida do conhecimento, mais que atitude cartesiana, significa dar conteúdo político e crítico à necessária indignação. As contradições e o cinismo desse Estado podem e devem ser desvelados. Se “a natureza ama esconder-se”, como o diz o velho Heráclito no fragmento de número 123 (apud Bornheim, 1982: 43), o Estado mínimo também. O mimetismo ideológico de sua dupla face serve, invariavelmente, ao objetivo único da exploração e acumulação capitalistas. Quando se trata de promover o afrontamento social dos fracos através da máxima expropriação, ele (o Estado mínimo) se retrai aos limites do mercado e abdica inteiramente de sua natureza ético-jurídica. Quando, ao revés, são os interesses dos fortes que demandam legitimação do Estado para garantir as isenções fiscais, o socorro financeiro e generoso aos poderosos às custas da miséria das maiorias, a anistia de dívidas e prejuízos resultantes das mais engenhosas formas de malversação do erário, então o Estado se despe do mercado e assume sua faceta legislativa *ad hoc*, a exclusivo benefício dos fortes.

15. O Estado mínimo é o próprio Estado da neobarbárie. Para superar esse Estado – fecundado no ventre imundo do capitalismo neoliberal –, é necessário revolucioná-lo a partir de dentro, a partir de suas contradições internas. Esse arremedo de Estado, ligado em permanente concubinação ao capital é, sobretudo em relação ao mundo dos trabalhadores

e excluídos, portador – conforme mordente análise de Francisco de Oliveira – “de um altíssimo grau de letalidade social. É o atraso da vanguarda: síntese, *clé de vouête*, de complexos processos de nova direitização, neo-conservadorismo, racismo físico e cultural, intensa transformação dos sujeitos sociais, desemprego que no fundo expressam uma radical exasperação dos limites da mercadoria. Uma crise da modernidade que volta a tangenciar os limites do totalitarismo, numa espécie de Auschwitz sem chaminés de crematórios” (Oliveira, 1997: 33).

16. A superação desse Estado, refém da ordem do capital, e sua refundação a partir do horizonte da cidadania de todos, portanto, da democracia efetiva, não se fará sem a convergência histórica de forças sociais: das classes trabalhadoras, dos excluídos do trabalho e dos que, dentro ou fora da academia, não dicotomizam saber e transformação social. Do mesmo modo, para superar o círculo vicioso a que o Estado mínimo neoliberal reduziu a educação – submetida à pedagogia da barbárie por força da programada barbárie da pedagogia –, é imprescindível que tanto os trabalhadores e excluídos como os intelectuais, aqueles, enfim, que não se submeteram e resistem ao novo (velho) autoritarismo do capital, tomem para si o protagonismo desse projeto ético-pedagógico, à luz do ideário crítico-iluminista. Garantir espaços implica ocupá-los. O poder das elites do capital, ainda que forte, não detém o controle da totalidade da esfera política. Assim como toda teoria, também o poder tem o seu ponto cego: aquelas brechas ideológicas que escapam à visão, ou as contradições que não se deixam ocultar. As transformações fundamentais dão-se no seio das contradições do poder. E como escreve Moacir Gadotti: “Se não forem aproveitadas as oportunidades oferecidas pelas lutas existentes no interior da hegemo-

nia do Estado, esse mesmo Estado se fortalecerá, homogeneizando-se, cimentando a sua ideologia, ocupando cada vez mais espaço” (Gadotti, 1985: 162).

17. Explicitar as dimensões ético-pedagógicas da razão crítico-iluminista implica também assimilar o rico e instigante contributo teórico elaborado pelos pensadores da Escola de Frankfurt que, herdeira de uma tradição filosófica cuja maioridade é conferida por Kant, refaz em Hegel o itinerário dialético e emancipador do pensamento, redimensiona-se com os mestres da suspeita – sobretudo Marx, Nietzsche e Freud –, e se consolida, no século XX, sob o ideário de uma Teoria Crítica da sociedade e do mundo administrado pela ordem do capital. A Teoria Crítica, por ser fiel ao caráter dialético do pensamento de Marx, para quem “toda ciência seria supérflua, se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente” (*apud* Ianni, 1988: 20), não só retoma a crítica marxiana do capitalismo do século XIX, como a redimensiona, tanto a partir das questões postas pelos desdobramentos do capitalismo no século XX quanto do diálogo com outras expressões do pensamento. Se os grandes pensadores não couberam em seu próprio tempo, se à ciência do presente uniram o caráter visionário de instigantes predições, não é menos verdade que eles também são filhos de seu tempo.

18. O pensamento de Marx e mais ainda os marxismos não estão imunes ao otimismo da ciência do século XIX, sobretudo fortalecido pela idéia cumulativa do progresso, dileto filho da revolução industrial capitalista. Segundo Cristovam Buarque, “a história do pensamento econômico transformou-se em uma história do pensamento do progresso da economia” (Buarque, 1990: 50). Ainda segundo este autor, Marx pode ser visto como “um empedernido defensor do progresso, e sua

crítica ao capitalismo baseava-se na impossibilidade deste sistema em elevar o nível do progresso” (Idem: 54). Ao contrário de Marx, os pensadores frankfurtianos suspeitaram da idéia mesma do progresso e denunciam o seu caráter reificante, sobretudo no campo da cultura. “Nas condições atuais – conforme Adorno e Horkheimer –, os próprios bens da fortuna convertem-se em elementos de infortúnio” (Adorno e Horkheimer, 1985: 15).

19. Para a compreensão dos teóricos da Escola de Frankfurt, segundo afirma Olgária Matos, “o otimismo marxista negligencia o aspecto sombrio da história: não teme, segundo a conjuntura, apelar a uma racionalidade de tipo hegeliano, a uma concepção positivista da Ciência e mesmo a um “irracionalismo espontaneísta da violência”. A Teoria Crítica mantém-se à distância daquelas teorias que se aliam a uma técnica totalitária da tomada e da conservação do poder, isto é, à recondução da dominação. A dialética, a ciência e a fascinação pela violência são as três suspeitas da Escola” (Matos, 1989: 254). Para Olgária Matos, “a Teoria Crítica recusa qualquer otimismo que confira à objetividade – entendida seja como progresso, seja como finalidade – a “realização da história”. É o antifinalismo schopenhaueriano da história que preside o exercício crítico” (Idem: 254). É sobre questões, pois, como as da exacerbação do consumo, da indústria cultural, do tempo livre administrado, da subjetividade, da reificação cultural, dentre outras, ainda não de todo presentes e tematizadas à época de Marx, que os pensadores de Frankfurt vão se debruçar. Ao reafirmarem o caráter emancipador da razão em Kant “os teóricos frankfurtianos tentaram tanto interpretar a sociedade quanto transformá-la. A preocupação desses pensadores foi a de ressaltar a dimensão dialética da história em sua plenitude” (Pucci, 1995: 29), tendo em vista elaborar





uma compreensão histórico-social dos processos de pensamento, neles identificando, “em conexão com os processos sociais reais” (Horkheimer, 1983: 121), o movimento dialético de fatores objetivos e subjetivos. Além das frentes de embate ideológico travado contra a razão instrumental, a Teoria Crítica – em sua proposta ético-pedagógica de redefinir e propor uma compreensão aberta e plural da razão – defronta-se também com as investidas do irracionalismo pós-moderno em sua cega rejeição da modernidade e do iluminismo. Enquanto a razão não recuperar sua legítima dimensão ético-pedagógica, a Teoria Crítica continuará sendo a arma fundamental contra as formas opressivas e desumanizantes do cientificismo e da tecnocracia da razão instrumental burguesa. Para a razão instrumental o pensamento e a razão devem renunciar à tarefa da crítica e limitar-se ao conformismo da esfera da vida privada. Dizia Horkheimer que “a filosofia que pretende se acomodar em si mesma, repousando numa verdade qualquer, nada tem a ver, por conseguinte, com a Teoria Crítica” (Horkheimer, 1983: 161). A política (ideológica) da negação da política é a forma mais eficaz a que os pedagogos da cartilha neoliberal recorrem para abastardar a vida política.

20. O que antes Gramsci definia como “tendência ao conformismo no mundo con-

temporâneo mais extensa e mais profunda que no passado: a padronização do modo de pensar e de operar assume extensões nacionais, talvez continentais” (Gramsci, 1990: 114) vai se materializar em termos mundiais no atual processo de globalização do capitalismo neoliberal. Os setores empobrecidos, que de fato são os que mais necessitam da política como instrumento de afirmação da cidadania sempre negada, têm tido suas consciências infestadas com a crença (não menos ideológica e perversa) de que a esfera política pode ser substituída pela ideologia publicitária. Vale aqui a denúncia que Walter Benjamin faz dos traidores da política no período fascista: “Neste momento, em que os políticos nos quais os adversários do fascismo tinham depositado as suas esperanças jazem por terra e agravam sua derrota com a traição à sua própria causa, temos que arrancar a política das malhas do mundo profano, em que ela havia sido enredada por aqueles traidores” (Benjamin, 1987: 227). A descrença das lutas políticas, patrocinada pela política da espetacularização dos dilaceramentos sociais, tem servido para fecundar o imundo canteiro em que nascem, nutrem-se e se proliferam os oportunistas e suas políticas pseudo-sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. "Teoria da Semicultura" In: *Revista Educação e Sociedade*, nº 56, dezembro de 1996, p. 388-411.
- ADORNO e HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BORNHEIM, Gerd A. (org.). *Os Filósofos Pré-Socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUARQUE, Cristovam. *A Desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FERNANDES, Florestan. "A Visão do Amigo" In: *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Maria Angela D'Incao (org.). São Paulo: Editora da Unesp/Brasiliense, 1989, p. 27-39.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da História: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Poder, Política e Partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- saio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.
- KANT, Immanuel. *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MATOS, Olgária Chain Féres. *Os Arcanos do Inteiramente Outro: a Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Vanguarda do Atraso e Atraso da Vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina" In: *Praga: Estudos Marxistas*, nº 4. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 31-42.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- PUCCI, Bruno. "Teoria Crítica e Educação". In: *Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt*. Bruno Pucci (org.). Petrópolis (RJ): Vozes; São Carlos: EDUFSCAR, 1994, p. 11-58.
- SADER, Emir. "A Esquerda Brasileira Frente ao Estado". In: *Desorganizando o Consenso: nove entrevistas com intelectuais dissidentes*. Fernando Haddad (org.). Petrópolis: Vozes, 1998, p. 131-148.
- SANTOS, Milton. "Os deficientes cívicos". In: *Folha de S. Paulo*, 24/1/1999, p. 8.
- TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. "Existe uma Filosofia da Educação Brasileira? Tentativa e Esboço". In: *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IANNI, Octavio. *Dialética e Capitalismo: en-*

